



Graduação Pós-Graduação
 Artigo completo Relato de prática Resumo expandido

MORFOLOGIA URBANA E FRONTEIRAS: análise da ocupação e urbanização na fronteira sudoeste do Brasil

Ricardo Batista Bitencourt
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
ricardo.bitencourt@ufms.br

RESUMO

A pesquisa “Morfologia Urbana e Fronteiras” investigou a ocupação e a urbanização na fronteira sudoeste do Brasil (Mato Grosso do Sul e Paraná) em interface com o Paraguai e a Argentina. Foram analisadas dezoito cidades-gêmeas, adotando-se abordagens tipo-morfológica, funcional, histórico-geográfica e perceptiva, com uso de imagens de satélite, trabalho de campo e cartografia. Os resultados evidenciam sete padrões recorrentes: deterioração do patrimônio arquitetônico; evolução urbana atrelada a ciclos econômicos (erva-mate, madeira, pecuária, agronegócio); baixo controle fronteiro; expansão fragmentada da mancha urbana; escassez e subutilização de espaços públicos; carências infraestruturais; e segregação socioespacial com expulsão de comunidades tradicionais (indígenas, ribeirinhos). A sobreposição de mapas de uso do solo revela que as áreas periféricas e ambientalmente frágeis são ocupadas por populações vulneráveis, enquanto setores valorizados concentram condomínios fechados e agricultura intensiva. Conclui-se que, não obstante as diferentes políticas urbanas e ambientais dos três países, a segregação e a marginalização são padrões comuns, associados a um modelo de desenvolvimento que produz “ruínas” sociais e territoriais, demandando planejamento voltado à reparação e à integração sustentável.

Palavras-chave: Morfologia urbana; Cidades-gêmeas; Fronteira Brasil-Paraguai; Segregação socioespacial

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto da investigação "Morfologia Urbana e Fronteiras", desenvolvida na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Naviraí, entre 2022 e 2025. A pesquisa está inserida na área dos estudos urbanos e regionais, com foco na compreensão da forma urbana e dos processos de ocupação e urbanização em áreas de fronteira no sul do Mato Grosso do Sul e oeste do Paraná.

Esta investigação compreende a forma urbana como um constructo complexo que reúne atributos físico-espaciais e imateriais, fruto de processos históricos e relações sociais (Bitencourt, 2020; Santos, 1996). Sob essa ótica, o tecido urbano das cidades de fronteira é analisado tanto em sua materialidade, traçados e edificações, quanto nas forças econômicas que o moldaram (Moudon, 2015; Pereira Costa, 2015).

A fronteira sudoeste do Brasil, como aqui chamamos, é o resultado de um processo histórico que remonta ainda ao período colonial. Os tratados de Tordesilhas (1494), de Madrid (1750) e a Guerra do Paraguai (1864–1870) definiram limites entre do Brasil e Paraguai, para que, mais tarde, o projeto nacionalista de Getúlio Vargas, especialmente durante o Estado Novo (1937–1945), instituisse a chamada Marcha para o Oeste.

Tratava-se, segundo Queiroz (2012), de um momento de enorme multiplicação de novos empreendimentos privados voltados aos mais diferentes setores, que mais tarde trariam as companhias colonizadoras.

Ocupadas por povos originários e colonos, na segunda metade do século XIX, a companhia Mate Laranjeira (1870-1903), multinacional que marcou os primeiros esforços para consolidar a presença do sistema produtivo tipo *plantation*¹, ocupou áreas do Sul do Mato Grosso do Sul e Oeste do Paraná, que eram até então consideradas periféricas ou indefinidas.

Essas áreas ricas em biodiversidade e detentora de inúmeros ervatais, ensejou a produção de erva-mate que nutria o mercado argentino. Presente no meio da mata nativa, para extração do mate empregava-se práticas extrativistas ancestrais e a maior parte da mão de obra era formada pelos chamados *mineros*, encarregados da coleta da erva no interior das matas. Eram em grande parte paraguaios, migrantes ou recrutados, além de indígenas. O trabalho era extremamente penoso e em condições análogas à escravidão, já que os trabalhadores, além de receberem adiantamentos que os prendiam à empresa, eram obrigados a se abastecer em seus

¹ *Plantation* é um sistema agrícola baseado em grandes propriedades monocultoras voltadas à exportação. Caracteriza-se pela produção em larga escala e uso intensivo de mão de obra, historicamente escravizada. Foi central na formação econômica e territorial do período colonial nas Américas.



armazéns e só podiam deixar o serviço após quitar totalmente as dívidas (Amaral, 2014; Guillen, 2007). Cidades como Guayrá (PR) ou Salto del Guayrá, no Paraguai, foram importantes entrepostos para escoamento da produção e são testemunhos desse período.

Essa produção existiu até o início do século XX, quando da falência da empresa Matte Larangeira. Ultimamente, dinâmicas dessas áreas derivam de processos históricos de colonização agrícola, com presença de migrantes do sul do país e forte integração às cadeias produtivas do agronegócio contemporâneo, quer seja por meio de pequenos produtores, empresas e cooperativas. Nesse sentido, a pesquisa contribui para compreender diferentes estratégias de desenvolvimento em áreas de fronteira e expansão agrícola brasileira.

Como antecipado, a região foi alvo de políticas de interiorização na década de 1930, sempre voltadas à ocupação e integração nas fronteiras sudoeste do Brasil. Tratava-se de política de ocupação do território interior do país, numa estratégia geopolítica que pretendia integrar regiões distantes ao projeto de Estado-nação, consolidar fronteiras e criar oportunidades de trabalho e moradia para a população migrante do litoral e do Sul do país (Schwarcz; Starling, 2015). Traços do nacionalismo que marcou a política varguista, visavam promover a ocupação de áreas consideradas vazias ou subutilizadas, especialmente no Centro-Oeste e na Amazônia. Segundo Cancelli (2017), essa política não era apenas territorial, mas simbólica, de integrar o Brasil e construir uma identidade nacional.

Assim, a Marcha para o Oeste estimulou a interiorização do crescimento econômico e demográfico do Brasil. A partir de suas políticas, foram criadas frentes agrícolas, colônias, e núcleos urbanos, como parte de um programa que envolvia incentivos à migração interna, distribuição de terras, construção de infraestrutura e fortalecimento da presença estatal. Como destacam Fausto (2012) e Schwarcz e Starling (2015), esse projeto dialogava com a concepção de um Brasil moderno e soberano.

A política foi acompanhada por medidas práticas: a criação de colônias agrícolas, concessões de terras, incentivo à migração interna e construção de infraestrutura básica. Lançava-se, assim, as bases institucionais e materiais para a fundação de diversas cidades, inclusive capitais, como Goiânia e Brasília, além de núcleos urbanos menores em regiões agrícolas estratégicas na fronteira oeste, como o sul de Mato Grosso do Sul e o oeste do Paraná.

A partir do Decreto-Lei nº 58/1937 e o Decreto nº 4.857/1939, introduziu-se bases fundamentais para a organização da propriedade rural no Brasil, ao regulamentar a venda de terrenos parcelados e estruturar o sistema de registro de imóveis. O primeiro estabeleceu a obrigatoriedade de registro prévio da terra, com planta e memorial descritivo, além de ampliar



a proteção jurídica do comprador, reduzindo fraudes comuns no mercado fundiário. Já o segundo instrumento legal consolidou o registro público como elemento central da propriedade, garantindo publicidade, continuidade e identificação precisa dos imóveis, o que aumentou a segurança jurídica e permitiu a formação de um mercado de terras mais estável e controlado.

Dessa maneira, já na primeira metade do século XX, houve abertura para novos projetos de ocupação, diversificação e desenvolvimento rural. Esse processo coincidiu com a chegada de migrantes do Sul e mais tarde, a adoção de práticas de agricultura extensiva, voltadas para grãos e pecuária. No Paraná, a agricultura foi impulsionada pela expansão da cafeicultura paulista, com posterior diversificação para culturas mecanizadas como soja e milho (Silva, 2007; Gazzoni; Dall’agnol, 2018).

Essa transição do extrativismo para o agronegócio redefiniu as bases econômicas e espaciais. A partir da década de 1950, o Brasil iniciou um processo de modernização agrícola que alterou profundamente o uso e a ocupação do território. Assim, nas regiões de estudo, a agricultura deixou de ser exclusivamente de subsistência para tornar-se parte de um modelo voltado à exportação de commodities.

Esse processo envolveu durante a segunda metade do século XX, a mecanização, introdução de sementes adaptadas, correção de solos tropicais e ampliação da malha rodoviária para escoação da produção. Primeiro, o café, depois a soja, o milho e posteriormente o algodão e a pecuária extensiva tornaram-se culturas dominantes, exigindo novas formas de organização fundiária e também novas centralidades urbanas.

Entram em cena a urbanização, o parcelamento do solo e as empresas colonizadoras que vendiam os lotes aos migrantes. Esses movimentos populacionais então, conectaram a agricultura tecnificada e urbanização planejada.

Finalmente, apesar de implantar uma modernização conservadora da agricultura, a Marcha para o Oeste parece ter cumprido o objetivo de interiorizar, ao menos essa parte do Brasil.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Partindo da premissa de que a forma urbana constitui um conjunto de atributos físico-espaciais e não espaciais, fruto das relações sociais estabelecidas e da evolução histórica (Bitencourt, 2020; Santos, 1996), a pesquisa busca compreender como as dinâmicas socioespaciais específicas das áreas fronteiriças se materializam no tecido urbano.

O método de investigação estrutura-se a partir de abordagens complementares, articuladas de modo a permitir a leitura integrada da forma urbana em sua complexidade (Bitencourt, 2020). A adoção dessa pluralidade metodológica justifica-se pela natureza multifacetada do objeto de estudo, que envolve simultaneamente dimensões físicas, funcionais, históricas e perceptivas.

Nesse sentido, a abordagem tipo-morfológica (Pereira Costa, 2015; Cataldi, 2018) foi aplicada na análise das tipologias edificadas e de suas transformações ao longo do tempo, com base em levantamentos de campo e registros fotográficos, permitindo identificar processos de permanência, adaptação e descaracterização patrimonial. A abordagem funcional (Panerai, 2006) orientou a leitura da implantação urbana em relação ao sítio natural, especialmente quanto à presença de rios e à topografia, sendo operacionalizada por meio da análise de imagens de satélite e elaboração de perfis topográficos.

A abordagem histórico-geográfica (Larkham; Morton, 2011) foi empregada na reconstrução dos processos de formação urbana, articulando a evolução das cidades aos ciclos econômicos regionais, como a exploração da erva-mate, a atividade madeireira, a pecuária e a agricultura de commodities, a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Já a abordagem perceptiva (Lynch, 1960; 1981) foi mobilizada nas observações de campo, considerando a experiência dos usuários e a forma como os limites fronteirizos são apropriados, percebidos e, em muitos casos, transgredidos no cotidiano.

A articulação entre essas abordagens permitiu a validação cruzada dos resultados, na medida em que as evidências identificadas em uma dimensão foram confrontadas com as demais, garantindo maior consistência analítica e evitando reducionismos interpretativos.

Os procedimentos metodológicos específicos incluem: 1) pesquisa bibliográfica, com consulta a estudos sobre morfologia urbana, urbanização contemporânea e regiões de fronteira, além de legislações pertinentes nos contextos brasileiro, paraguaio e argentino; 2) análise de fragmentos urbanos, a partir da seleção de recortes em imagens de satélite (Google Earth), considerando a relação com o meio natural e a proximidade com áreas centrais; 3) elaboração de perfis topográficos, com base em cortes gerados na mesma plataforma, para análise da relação entre ocupação urbana e relevo; 4) trabalho de campo, com visitas in loco para coleta de dados, registros fotográficos e observação direta das dinâmicas urbanas; e 5) produção cartográfica, incluindo mapas de evolução urbana, uso do solo, sistema de espaços livres, áreas de preservação e tipologias construtivas.

Dessa forma, a metodologia adotada permite articular diferentes escalas de análise e



dimensões do fenômeno urbano, assegurando uma leitura integrada das cidades-gêmeas de fronteira, na qual a forma urbana é compreendida como expressão concreta de processos históricos, econômicos e sociais que se manifestam no território.

3 OBJETO DE ESTUDO

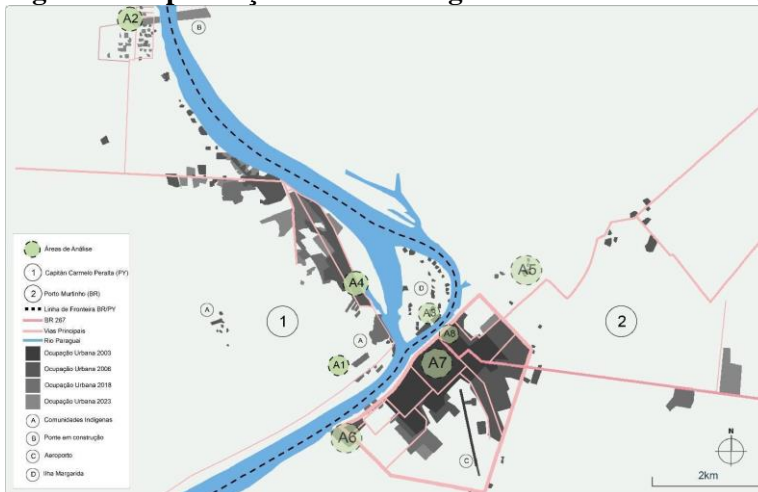
O Brasil (BR) possui 16.885 quilômetros de fronteira terrestre com dez países diferentes e este artigo destaca as contribuições para a compreensão da urbanização fronteiriça sudoeste do país, principalmente aquela junto ao Paraguai (PY).

Objetivamente, a pesquisa elege como objeto cidades-gêmeas localizadas entre o Sul de Mato Grosso do Sul e o Oeste do Paraná, em sua interface com o Paraguai e a Argentina. Trata-se de territórios que se desenvolvem sob o paradigma da cidade contemporânea: espalhada como uma mancha de óleo e caracterizada por diversidade cultural, conflitos territoriais e segregação socioespacial.

Conforme a Portaria MI nº 125/2014, são cidades-gêmeas os municípios com população superior a dois mil habitantes, cortados por uma linha de fronteira seca ou fluvial, com área articulada ou não por obra de infraestrutura, e com potencial de integração econômica e cultural (Brasil, 2014). Foram investigadas um total de dezoito cidades-gêmeas, sintetizadas a seguir, acompanhadas de mapas e ilustrações produzidas durante a pesquisa:

Porto Murtinho (BR) e Carmelo Peralta (PY), separadas pelo Rio Paraguai, trata-se de uma fronteira fluvial, frequentemente interligada por embarcações, sendo o conjunto impactado pelo recente projeto da Rota Bioceânica, o corredor rodoviário de mais de 2.400 km que ligará o Centro-Oeste brasileiro aos portos do norte do Chile (Antofagasta e Iquique). Com a nova ponte entre Porto Murtinho (MS) e Carmelo Peralta (PY), a rota visa reduzir em duas semanas o frete para a Ásia, impulsionando a competitividade do agronegócio e a integração comercial no Mercosul.

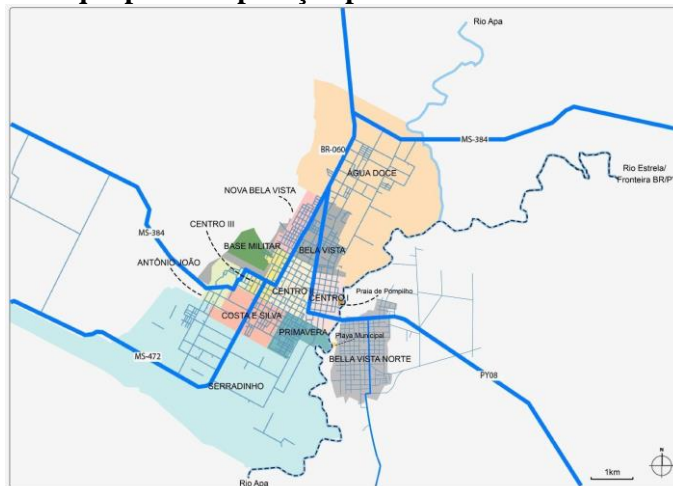
Figura 1: Implantação das cidades-gêmeas Porto Murtinho (BR) e Carmelo Peralta (PY)



Fonte: Acervo da pesquisa





















Bela Vista (BR) e Bella Vista Norte (PY) são separadas pelo Rio Apa, com portes distintos (Figura 2) e rico patrimônio arquitetônico eclético em processo de descaracterização (Figura 3).

Figura 2: Implantação das cidades-gêmeas de Bela Vista (BR) e Bella Vista Norte (PY), com destaque para a separação por bairros



Fonte: Acervo da pesquisa

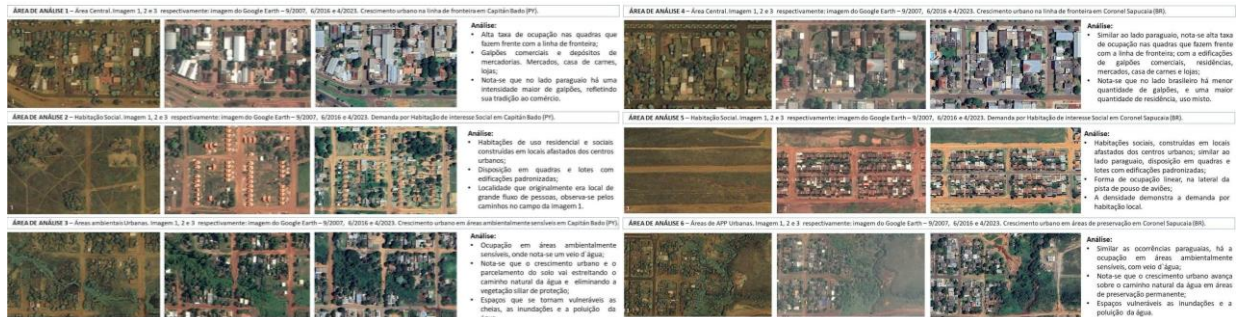
Figura 3: Processo de descaracterização do patrimônio histórico em Bela Vista (BR) e Bella Vista Norte (PY)

Bela Vista (BR)	Bella Vista (PY)	
		1. Dois tipos originais: edificações em madeira e pedra, de um lado e de outro da fronteira;
		2. Patrimônio eclético representativo dos períodos áureos da região, cria o novo tipo: a edificação com elementos ornamentais (diversificação sincrônica);
		3. A falta de manutenção das edificações indica a desimportância dada ao patrimônio, mas ainda mantém-se o tipo anterior (diversificação diacrônica);
		4. A introdução de elementos estranhos inicia o processo de diversificação sincrônica;
		5. Novos e relevantes elementos aceleram o processo de diversificação, com fechamento de janelas e grades;
		6. Novos tipos são introduzidos ante as necessidades e valores da sociedade, aprofundando a desvalorização das edificações históricas (finalização da diversificação sincrônica);
		7. Reinício da diversificação diacrônica pela introdução de novos elementos como placas publicitárias, muros e grades;
		8. Novos elementos decorativos e placas publicitárias e praticamente escondem as edificações e padronizam novas composições, criando paisagens esteticamente controversas.
		9. Conjuntos habitacionais de periferia introduzem novos tipos pela ação da diversificação sincrônica;
		10. Novamente a introdução de elementos estranhos à composição original como grades, cercas e muros) reiniciam a diversificação diacrônica

Fonte: Acervo da pesquisa

Coronel Sapucaia (BR) e Capitán Bado (PY) formam uma fronteira seca urbana e permeável, com economia ligada ao comércio, agricultura e pecuária. A Figura 4 mostra a evolução da ocupação urbana na faixa de fronteira entre Coronel Sapucaia (BR) e Capitán Bado (PY), com base em imagens de satélite de 2007, 2016 e 2023. Verifica-se o adensamento das áreas centrais, com predominância de usos comerciais ao longo da linha de fronteira, a implantação de conjuntos habitacionais periféricos com padrão morfológico regular e a expansão urbana sobre áreas ambientalmente sensíveis, especialmente associadas a cursos d'água.

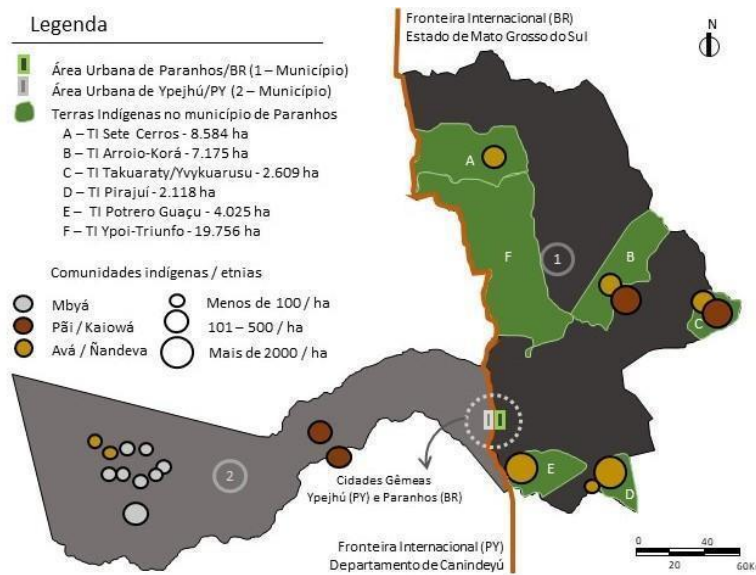
Figura 4: Análise de fragmentos com a evolução da ocupação urbana na faixa de fronteira entre Coronel Sapucaia (BR) e Capitán Bado (PY)



Fonte: Acervo da pesquisa

Paranhos (BR) e Ypejhú (PY) são cidades-gêmeas de fronteira seca localizadas, respectivamente no Sul de Mato Grosso do Sul e no Departamento de Canindeyú (PY). Historicamente vinculadas à exploração da erva-mate pela Companhia Mate Laranjeira no início do século XX e, posteriormente, aos ciclos da extração madeireira e da pecuária, as duas cidades compartilham trajetórias econômicas e fluxos migratórios que atraíram trabalhadores brasileiros, paraguaios e "brasiguaios", conformando uma região de intensa diversidade cultural e conflitos territoriais. O território é marcado pela presença de seis Terras Indígenas Guarani-Kaiowá no lado brasileiro, totalizando cerca de 44 mil hectares, além de numerosas comunidades indígenas no lado paraguaio (Figura 5), muitas delas sem a devida demarcação fundiária, refletindo políticas estatais distintas e o avanço do agronegócio sobre áreas tradicionais.

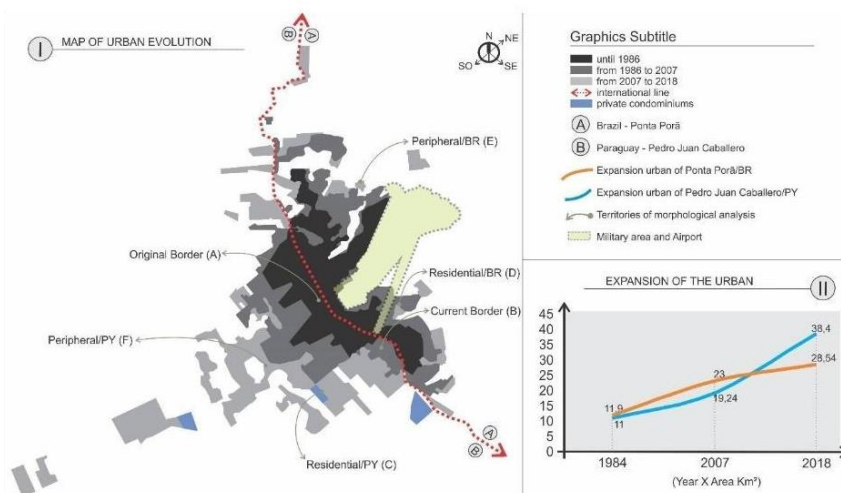
Figura 5: Conjunto de Terras Indígenas Guarani-Kaiowá no lado brasileiro e comunidades indígenas no lado paraguaio, nos municípios de Paranhos (BR) e Ypejhu (PY)



Fonte: Acervo da pesquisa

Entre Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY) há uma fronteira seca urbana consolidada, com multiuso dinamizado por transações comerciais e nenhum controle da linha de fronteira (Figura 6).

Figura 6: Áreas urbanas das cidades Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY), com destaque para a evolução urbana do conjunto

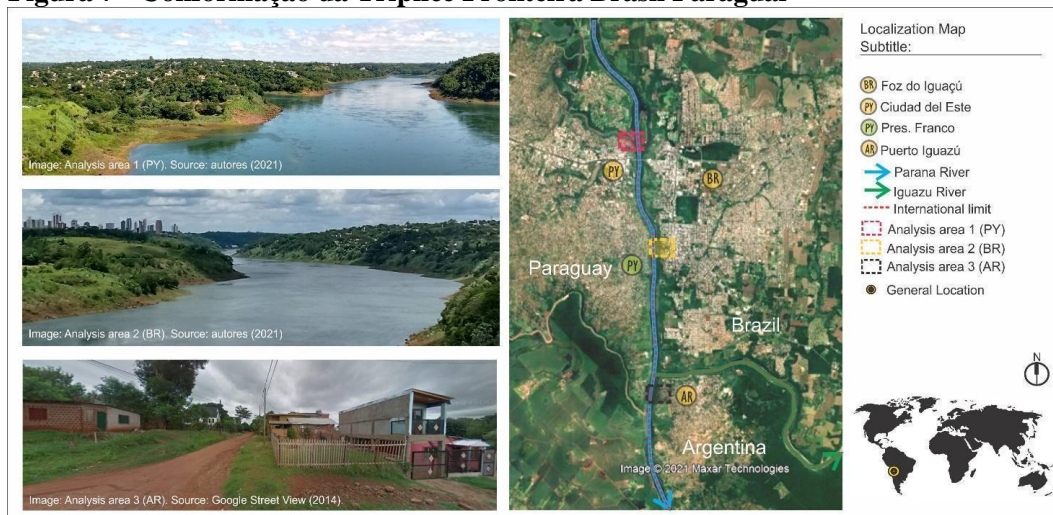


Fonte: Acervo da pesquisa

Já entre Foz do Iguacu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR) existe a tríplice fronteira, que também articula comércio, serviços e turismo, em volume muito maior que as outras, mas nem por isso desconectada da lógica produtiva vigente e da produção de um espaço

segregado. Separadas pelos rios Paraná e Iguazu, as três cidades constituem um aglomerado disperso, conurbado e fragmentado entre três países (Figura 7). Além disso, a região é estratégica para o meio ambiente, energia, governança e segurança pública, sendo altamente impactada por eles.

Figura 7 - Conformação da Tríplice Fronteira Brasil Paraguai



Fonte: Acervo da pesquisa

Sete Quedas (BR) e Pindoty Porã (PY) formam um par de cidades-gêmeas em que a primeira apresenta traçado urbano em grelha alongada, vias majoritariamente pavimentadas e núcleo horizontal consolidado, concentração de edifícios de pequeno porte. Sete Quedas também carece de espaços livres e áreas verdes, com novas periferias ocupadas por conjuntos habitacionais horizontais.

A Avenida Internacional funciona como eixo fronteiro (Panerai, 2006; Lynch, 1960). Do lado paraguaio, Pindoty Porã é um pequeno distrito da cidade paraguaia de Corpus Christi, que se mostra estagnado, com vias sem pavimentação e poucas lojas. Existem promessas de transformar-se em polo universitário ou receber benefícios do agronegócio, contudo estão pendentes de estudos e ações mais concretas.

Guairá (BR), Mundo Novo (BR) e Salto del Guayrá (PY) configuram um arranjo fronteiro complexo, marcado pela sobreposição de limites interestaduais e internacionais. Guairá (BR) e Salto del Guayrá (PY) são separadas pela fronteira fluvial do Rio Paraná, que também divide os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. Isolada mais ao norte, Mundo Novo (MS) compartilha com Salto del Guayrá uma fronteira seca obstaculizada por vegetação densa. O rio represado pelo lago de Itaipu, submergiu as Sete Quedas, e é bastante utilizado como área de lazer e elemento ordenador da paisagem urbana, dominada pela Ponte Ayrton Senna. A

travessia, com extensão aproximada de quatro quilômetros, eleva-se sobre o leito do rio Paraná, proporcionando visuais deslumbrantes da vegetação da região de fronteira e consolidando-se como importante marco de integração entre os dois países.

4 RESULTADOS

Realizada a apresentação sintética dos casos de estudo, passamos à descrição dos resultados das análises realizadas, começando pela Tríplice Fronteira (BR/PY/AR). As formas urbanas em Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR) respondem ao contexto regional com políticas distintas. No Brasil, por exemplo, a legislação ambiental rígida (Lei Federal nº 12.651/2012) impõe maior distanciamento entre a cidade e as áreas de preservação permanente, sem neutralizar a segregação. No Paraguai, a inefetividade regulatória parece permitir maior ocupação das margens dos rios e interação com o sítio natural. Na Argentina, observa-se preocupação com o desenho urbano, mesmo em áreas precárias.

Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY), configuram a fronteira seca urbana mais consolidada da região, com conurbação completa e linha divisória imperceptível em muitos trechos. Caracterizam-se como zonas de subversão urbana, onde o espaço é dinamizado por transações comerciais, distintas moedas e línguas (Gomes; Bitencourt, 2023). O adensamento ao longo do tempo e do eixo fronteiro (figura 6, anterior), a linha de fronteira, contrasta com a fragmentação e a precariedade das periferias em ambos os países.

Coronel Sapucaia (BR) e Capitán Bado (PY), assim como as duas anteriores, possuem tecidos urbanos únicos, de maneira os limites socioespaciais não segmentam o espaço urbano nem modificam as formas de ocupar o território. Em ambos os lados, observam-se ocupações em áreas ambientalmente sensíveis, precariedade na infraestrutura dos conjuntos habitacionais e concentração comercial na linha de fronteira. A porosidade e a multiterritorialidade caracterizam as relações sociais e econômicas na região.

A fronteira fluvial do rio Paraguai entre Porto Murtinho (BR) e Carmelo Peralta (PY), ao contrário de funcionar como barreira, atua como elemento de costura e interligação, ordenando a ocupação territorial em suas margens, sendo servida por um precário sistema e travessia com canoas e pequenos barcos, que responde por inúmeras viagens entre os dois lados da fronteira. A pesquisa identificou ali transformações significativas e potenciais impactos do projeto da Rota Bioceânica, que também poderá acentuar as desigualdades existentes, tais como a fragilização de comunidades, caso não sejam implementadas políticas compensatórias e de

planejamento territorial.

Em Bela Vista (BR) e Bella Vista Norte (PY), a análise tipológica revelou um ciclo de descaracterização do patrimônio eclético (Figura 3, anterior), iniciado pela falta de manutenção, seguido pela introdução de elementos estranhos (diversificação diacrônica) e culminando na substituição por novas edificações (diversificação sincrônica). Nas margens do Rio Apa, os usos do espaço público divergem: no lado paraguaio há infraestrutura mínima na Playa Municipal; no lado brasileiro, a Praia do Pompilho permanece negligenciada, refletindo diferenças na gestão municipal e na capacidade de investimento de cada município.

Sete Quedas (BR), ao contrário de Pindoty Porã (PY), exibe traçado em grelha alongada, vias majoritariamente pavimentadas e núcleo horizontal consolidado, com a Avenida Internacional funcionando como eixo fronteiro que concentra edifícios de pequeno porte e um canteiro central utilizado para atividades físicas. Do lado paraguaio, o distrito da cidade de Corpus Christi, Pindoty Porã se apresenta estagnada, possuindo o mesmo traçado em grelha, porém com vias sem pavimentação, quadras desocupadas e poucas residências, sendo a Avenida Internacional a única via de maior porte, onde poucas lojas praticam comércio suspeito de pneus e peças automobilísticas. Elas parecem complementares, aguardando promessas de um polo universitário ou benefícios do agronegócio, atraindo um incipiente mercado especulativo de imóveis.

Em Guaíra (BR), Mundo Novo (BR) e Porto del Guayrá (PY), a região possui importante valor histórico, tendo sido a cidade paranaense, sede da Companhia Mate Laranjeira, no final do século XIX, além de palco de missões jesuíticas no século XVII. A morfologia do conjunto articula áreas centrais consolidadas e espaços de lazer e serviços voltados ao turismo, outrora concentrado nas Sete Quedas, após o enchimento do lago de Itaipu em 1982, hoje se reconfigura entre compras no Paraguai e lazer nas margens do lago, aguardando novos vetores de desenvolvimento ao setor.

Do lado paraguaio, Salto del Guayrá se destaca pelo comércio de produtos importados, com inúmeros *free shops* e controle aduaneiro por amostragem, funcionando como polo atrativo para consumidores brasileiros. Mundo Novo, apresenta baixa centralidade no conjunto e expansões residenciais recentes.

Por fim, Paranhos (BR) e Ypejhú (PY) apresentam traçado urbano em grelha. Embora Paranhos disponha de melhor infraestrutura viária como ruas asfaltadas e calçadas largas, Ypejhú ainda possui pavimentação precária. A linha de fronteira, pouco controlada e marcada pela porosidade, localiza-se próxima à linha de drenagem do Parque Natural Municipal

Nascente do Rio Destino. Destaca-se ainda o sítio arqueológico do Forte Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi (século XVIII), remanescente das disputas fronteiriças entre Portugal e Espanha, cujas ruínas encontram-se dentro da Terra Indígena Takuaraty/Yykuarusu, evidenciando, de um lado, a retomada territorial indígena e de outro o descaso com importante patrimônio histórico brasileiro. São urgentes o aprofundamento das políticas de regularização fundiária indígena no Brasil e no Paraguai, a preservação do patrimônio arqueológico e a análise dos impactos da expansão agropecuária sobre as configurações territoriais e urbanas na região.

Do exposto, em geral, a região fronteiriça de Sul de Mato Grosso do Sul e Oeste do Paraná se constitui como espaço de justaposição de interesses externos, onde as dinâmicas econômicas, notadamente a expansão do agronegócio, produzem ciclos sucessivos de expulsão populacional e marginalização. Esse processo, ajustado às necessidades da economia brasileira em sua expansão sem limites, converte a fronteira em extensão dos problemas socioeconômicos das periferias latino-americanas, com expansão desenfreada da mancha urbana, ao mesmo tempo em que fragiliza as populações tradicionais e os pequenos agricultores paraguaios e brasileiros. Tais dinâmicas, ao se materializarem no território, encontram expressão na morfologia urbana das cidades-gêmeas, onde a precariedade habitacional, a fragmentação periférica e a segregação socioespacial revelam as marcas profundas do modelo de desenvolvimento excludente praticado na região (Silva, 2007).

5 DISCUSSÕES E ANÁLISES

Sintetizados os resultados obtidos em cada cidade, revelam-se padrões morfológicos recorrentes para além das especificidades relacionadas às distintas políticas urbanas e culturais de cada país. Conforme Alexander et al. (2013), padrões são soluções/ações típicas para problemas comuns, que norteiam os projetos dentro de cada caso em questão. Adiante, os padrões identificados:

1. Edificações e deterioração do patrimônio arquitetônico: observa-se um processo contínuo de descaracterização do patrimônio arquitetônico por meio de diferenciações tipológicas (Pereira Costa, 2015; Cataldi, 2018). Em Bela Vista (BR) e Bella Vista Norte (PY), a análise tipológica revelou a transformação de edificações ecléticas históricas em construções contemporâneas de senso estético pouco elaborado, refletindo a desimportância dada ao patrimônio cultural.

2. Evolução urbana associada aos ciclos econômicos: o crescimento urbano está

intrinsecamente ligado aos ciclos produtivos e de consumo regionais, entre eles a exploração da erva-mate (Porto Murtinho, Bela Vista, Guaíra, dentre outros), a exploração madeireira (Bela Vista e Coronel Sapucaia), pecuária extensiva e a monocultura de commodities (Sete Quedas e Pindoty Porã). Esses ciclos moldaram a ocupação territorial e a estrutura urbana das localidades estudadas.

3. Pouco controle das fronteiras: à exceção da vigiada Tríplice Fronteira, tanto as fronteiras secas quanto as fluviais apresentam baixo controle estatal, resultando em espaços de grande permeabilidade, onde circulam pessoas, mercadorias e, também, atividades ilegais como contrabando, descaminho e tráfico.

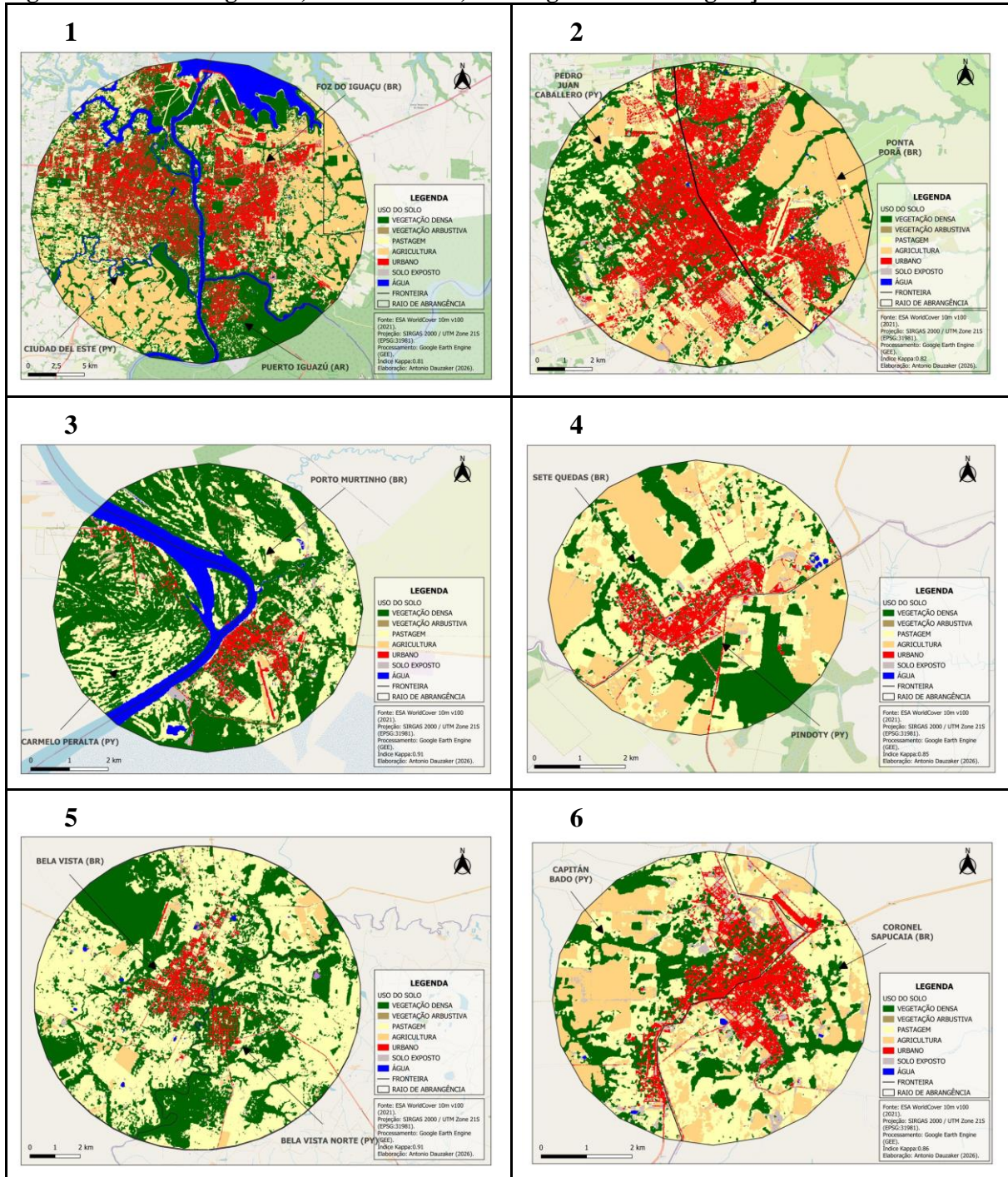
4. Expansão urbana fragmentada: a expansão urbana dos municípios ocorre por meio de territórios fragmentados, em oposição às áreas centrais adensadas. Em Bela Vista (BR), por exemplo, observam-se loteamentos periféricos desconectados dos tecidos originais. Em Coronel Sapucaia (BR) e Capitán Bado (PY), as habitações sociais localizam-se em áreas afastadas, com infraestrutura precária (Figura 4, anterior). Na Tríplice Fronteira, as três cidades têm, ao longo das décadas, ampliado suas áreas urbanas sobre periferias desassistidas.

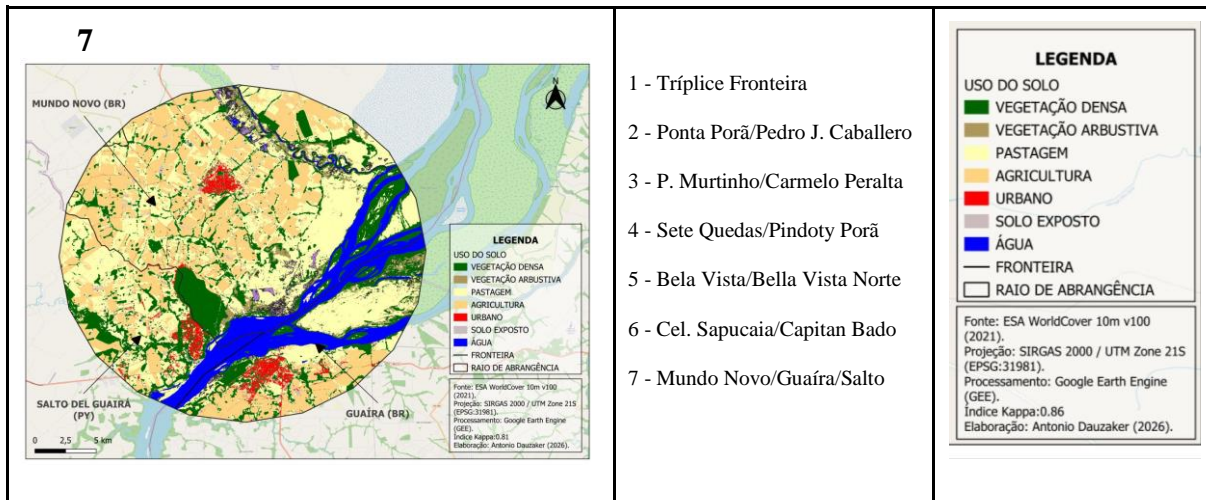
5. Pouca importância dada aos espaços públicos, frequentemente negligenciados, subutilizados ou inexistentes. A comparação entre a Praia do Pompilho (Bela Vista/BR) e a Playa Municipal (Bella Vista/PY) evidencia as discrepâncias na gestão e valorização desses espaços, fundamentais para a coesão social e identidade local.

6. Problemas de infraestrutura urbana: as cidades estudadas enfrentam carências generalizadas de infraestrutura, como pavimentação, saneamento básico, iluminação pública e mobiliário urbano, especialmente nas áreas periféricas e nos loteamentos de habitação social.

7. Segregação e desrespeito às comunidades tradicionais: o crescimento populacional, a expansão agrícola, associados à periferização (Figura 8) têm gerado expulsão e fragilização comunidades carentes ocupando áreas ambientalmente vulneráveis, enquanto condomínios fechados de alta renda se instalam em setores valorizados, como é o caso de Punta Del Leste (PY) e Foz do Iguaçu (BR), mas também Paranhos (BR) e Ypejhú (PY), que apesar de inúmeras áreas protegidas, comunidades tradicionais, como indígenas e ribeirinhos, são frequentemente impactadas pelo desenvolvimento urbano sem políticas adequadas de proteção.

Figura 8: As cidades gêmeas, áreas urbanas, áreas agrícolas e de vegetação





Fonte: ESA WorldCover 10m v100 (2021); Projeção: SIRGAS 2000 / UTM Zone 21S (EPSG:31981); Processamento: Google Earth Engine (GEE); Índice Kappa: 0.79. Elaborado por: Antonio Dauzaker (2026).

A Figura 8 anterior mostra a expansão urbana nas cidades-gêmeas estudadas ocorre de forma fragmentada e periférica, frequentemente avançando sobre áreas de vegetação densa, pastagens e solos expostos. Configuram-se espaços que, por serem menos valorizados pelo mercado imobiliário formal, acabam ocupados por populações carentes e comunidades tradicionais. Em contraste, as manchas urbanas consolidadas e as áreas de agricultura intensiva ou pastagem extensiva indicam a valorização dos núcleos urbanos da fronteira agrícola, onde também se instalam condomínios fechados e grandes empreendimentos. Esse padrão morfológico, visível nas cidades-gêmeas, evidencia a segregação socioespacial: de um lado, áreas ambientalmente protegidas ou frágeis (como APPs, terras indígenas e reservas) sendo pressionadas pela ocupação informal; de outro, zonas urbanizadas de alta renda e agropecuária consolidada. A sobreposição dessas camadas cartográficas confirma a hipótese de que as políticas urbanas e ambientais distintas entre os países não têm sido capazes de neutralizar a inapropriação do espaço coletivo, a expulsão e a vulnerabilidade das comunidades tradicionais, que permanecem à margem tanto do território quanto das decisões públicas.

6 CONCLUSÕES

A pesquisa "Morfologia Urbana e Fronteiras" contribuiu para a compreensão da urbanização na fronteira sudoeste do Brasil, revelando padrões morfológicos que expressam as complexas dinâmicas sociais, econômicas e culturais dessas regiões. Os resultados indicam que, apesar das distintas políticas urbanas e ambientais aplicadas em cada território, a segregação socioespacial emerge como um padrão comum, característico do crescimento urbano nessa parcela do subcontinente sul-americano.

Além disso, o desenvolvimento regional que, embora economicamente bem-sucedido,

produziu alterações nos projetos urbanos, encampando uma lógica produtiva, que frequentemente se sobrepõem à vitalidade social. Resta ainda, o baixo investimento público em obras de infraestrutura urbana, em que a falta de controle do território implicou na restrição do acesso à memória mais ampla e plural da população.

Isso nos remete à imagem do *Angelus Novus* (1920), de Paul Klee (Figura 9), interpretada pelo filósofo alemão Walter Benjamin, segundo o qual a pequena pintura sintetiza contradição, também observada nas cidades-gêmeas da fronteira sudoeste do Brasil. O anjo da história de Klee tem o rosto voltado para o passado, vê o acúmulo de ruínas deixadas pela ação do ser humano, mas é impelido para o futuro por uma tempestade que se chama “progresso”.

Figura 9 - O *Angelus Novus*, de Paul Klee (1920)



Fonte: Wikipedia (2023)

Essa mesma tensão se repete nos territórios estudados: a expansão agrícola e os megaprojetos relacionados avançam como vetores de desenvolvimento, enquanto produzem expansão urbana, expulsão de populações tradicionais, descaracterização patrimonial e segregação socioespacial. Avançamos para o futuro de olhos fixos no crescimento, mas as ruínas, os territórios marginalizados e comunidades desassistidas crescem às costas. Reconhecer essa contradição é o primeiro passo para um planejamento urbano que não se limite a servir ao progresso acrítico, mas que também se volte à reparação da sociedade da fronteira, subsidiando políticas públicas mais adequadas e promovendo a integração regional com sustentabilidade e justiça social.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, C. et al. Uma Linguagem de Padrões. Porto Alegre: Bookman, 2013.

AMARAL, Maxwell da Silva. A marcha para o oeste e a colonização da fronteira sul do atual Mato Grosso do Sul: deslocamentos, políticas e desafios. *Fronteiras*, v. 16, n. 28, p. 153-165, 2014.

BITENCOURT, R. B. Para planejar a boa forma, a avaliação de planos na cidade contemporânea. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.repositorio.unb.br/handle/10482/40228>. Acesso: 01 abr. 2026.

BITENCOURT, Ricardo Batista et al. ASPECTOS CULTURAIS E MORFOLOGIA URBANA NA FRONTEIRA: O caso das cidades gêmeas de Bela Vista/BR e Bella Vista/PY. *Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo*, n. 16, 2024. Disponível em: <https://revistes.upc.edu/index.php/SIIU/article/view/13016>. Acesso: 01 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Portaria nº 125, de 21 de março de 2014. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n. 58, Seção 1, p. 64, 2014.

CANCELLI, Elizabeth. *O Estado Novo em Marcha para o Oeste*. Curitiba: Editora CRV, 2017.

CATALDI, G. Towards a General Theory of Urban Morphology: The Type-Morphological Theory. In: OLIVEIRA, V. (Ed.). *Teaching Urban Morphology*. Porto: Springer International Publishing, 2018. p. 65-78.

GOMES, Ramon Fortunato; BITENCOURT, Ricardo Batista. Padrões morfológicos, configurações espaciais e história na fronteira: análise nos municípios de Paranhos (BR) e Ypejhú (PY). *Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo*, n. 15, 2023. Disponível: <https://revistes.upc.edu/index.php/SIIU/article/view/12498>. Acesso: 01 abr. 2026.

GUILLEN, Isabel C. Martins. O trabalho de Sísifo: "escravidão por dívida" na indústria extrativa da erva-mate (Mato Grosso, 1890-1945). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 615-636, jul./dez. 2007.

LARKHAM, P.; MORTON, N. Drawing lines on maps: morphological planning and the politics of urban form. *Urban Morphology*, v. 15, n. 2, p. 133-151, 2011.

LYNCH, K. *The image of the city*. Cambridge: The M.I.T. Press, 1960.

LYNCH, K. *Good city form: A theory of good city form*. Cambridge: The M.I.T. Press, 1981.

MOUDON, A. V. Morfologia urbana como um campo interdisciplinar emergente. *Revista de Morfologia Urbana*, v. 3, n. 1, p. 41-49, 2015.

PANERAI, P. *Análise Urbana*. Brasília: EdUnB, 2006.

PEREIRA COSTA, S. A. *Fundamentos de Morfologia Urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

QUEIROGA, E. F. Lugar público e forma urbana na urbanização contemporânea brasileira. In: MACEDO, S. S.; CUSTÓDIO, V.; DONOSO, V. G. (Orgs.). *Reflexões sobre espaços livres na forma urbana*. São Paulo: FAUUSP, 2018.



SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, H. Manoel. Fronteireiros: as condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio: a região de Katuetê, no Departamento de Canindeyú – 1970–2000. 2007. 249 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.